

Justificativa para Instauração do Fórum das Empresas Estatais Federais sobre Inovação

Nos países de economias desenvolvidas, o tema “inovação” se tornou obrigatório na agenda de desenvolvimento não só das empresas, em busca de aumento de competitividade, como também dos governos, com vistas ao crescimento sustentável das nações.

Nesse contexto, o significado atual de competitividade engloba não somente a excelência de desempenho ou eficiência técnica das empresas ou produtos, como também, a capacidade de desenvolver processos sistemáticos de busca por novas oportunidades e superação de obstáculos técnicos e organizacionais via geração e aplicação de conhecimento.

Dessa forma, a inovação também deve ser considerada de forma estratégica e como um processo sistêmico, que contempla a atuação de diversos atores e colaboradores de acordo com prioridades e lógicas distintas. Isso porque, as empresas que inovam, não inovam isoladamente, mas sim no âmbito de um sistema de redes de relações diretas e indiretas com outras empresas, organizações, universidades, prestadores de serviços, entre outros.

Nas empresas e órgãos públicos, essa visão de integração em busca da inovação, seja ela institucional, de produtos ou serviços, não é diferente.

No Brasil, em função da falta de articulação contínua das políticas industrial e de Ciência, tecnologia e Inovação, várias iniciativas e ações de governos relacionadas à pesquisa, desenvolvimento e inovação, vêm sendo operacionalizadas, nos últimos vinte anos, principalmente pelo Ministério de Ciência e Tecnologia e sua agência – a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, em parceria com outras agências e ministérios. Mais recentemente, com a crescente importância da inovação como fator de desenvolvimento, outras instituições foram criadas – ABDI, CGEE – além de outras existentes passaram a integrar um sistema institucional mais ampliado, com o objetivo de consolidar o apoio à inovação no país. A partir de 2004, com o lançamento da PITCE e de 2008 com a PDP, a participação do BNDES como agente de suporte à inovação, complementando sua atuação no apoio ao desenvolvimento industrial, também está sendo realizada por meio de novos programas e ações, complementando tanto com recursos financeiros como novos instrumentos, as ações já iniciadas por outras instituições.

Atualmente, com a implementação da PDP pelo MDIC e do Plano Nacional de C,T, I pelo MCT percebemos uma maior articulação entre as duas agendas – política industrial e C,T, I; no entanto, um dos fatores que precisa ser melhor trabalhado é o “modelo de governança” do sistema de inovação no Brasil. A atuação de um maior número de agentes e ministérios é bem-vinda e necessária, mas segundo estudo da USP (Observatório da USP, 2007) (ver slide em anexo) o Brasil apresenta uma “gestão descentralizada” comparada com outros países, o que muitas vezes dificulta a definição de prioridades setoriais e construção de um tecido coeso/ melhor estruturado com a possibilidade de obtenção de respostas/ resultados mais eficientes.

Sendo assim, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (SETEC) do Ministério de Ciência e Tecnologia, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Secretaria de Gestão do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sob a coordenação do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST/MPOG) resolvem unir esforços para criação do Fórum das Empresas Estatais Federais sobre Inovação.